

RELATÓRIO 1.4.

SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES

Logo após as eleições, o governador eleito Wellington Dias encaminhou a proposta de que fosse feito o diagnóstico e a análise da situação da rede escolar estadual para orientar o reordenamento da mesma. O objetivo é definir padrões de escolas, com matrícula de um número suficiente de alunos que permita sua devida estruturação em termos de espaço e de equipamento, por um lado, e que garanta a lotação do professor em uma única escola, com utilização adequada de sua carga horária, por outro, possibilitando inclusive uma melhor remuneração.

Os Produtos 2 e 3 do estudo já encomendado pela SEDUC, e em elaboração, estão voltados para esse objetivo.

No início do governo, três problemas emergenciais se tornaram evidentes:

a) a redução da matrícula na rede estadual em 100.000 alunos, entre 2010 e 2014;

b) uma proporção de 10 alunos por professor, taxa muito baixa para os padrões recomendados;

c) a queda do montante do FUNDEB de 2015 em relação a 2014.

Foi demandado então um estudo prévio (Produto 1) sobre:

a) a demanda potencial de escolarização que indicasse as possibilidades de ampliação significativa da matrícula, utilizando, inclusive, a mediação tecnológica;

b) as alternativas para obtenção de recursos federais que garantissem o financiamento dessa expansão, já em 2015.

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 foi possível dimensionar e caracterizar o perfil da demanda por educação básica no Piauí, que aqui é apresentada de forma sintética.

EDUCAÇÃO INFANTIL

O papel da SEDUC em relação à educação infantil é de assistência técnica aos municípios, que precisa dar atenção especial a :

- 17 municípios que até 2014 atendiam menos de 70% das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola;*
- 20 municípios com matrícula zero em creche;*
- 31 municípios que até 2014 atendiam menos de 10% das crianças de 0 a 3 anos na creche.*

ENSINO FUNDAMENTAL

O Governo do Estado e a SEDUC tem uma opção a fazer sobre a oferta de matrícula nos anos finais do ensino fundamental:

- procurará manter um percentual (25%, por exemplo) da matrícula nos anos finais do ensino fundamental, em escolas estaduais?*
- manterá pelo menos as escolas em tempo integral dos últimos anos do ensino fundamental, atualmente existentes, com sua capacidade plena de matrícula?*

O ensino médio é responsabilidade prioritária do estado por determinação constitucional e legal. Nesse sentido, não se trata de analisá-lo apenas pelo aspecto do atendimento da demanda. A atuação da SEDUC é permanente, numa perspectiva estratégica, que hoje articula expansão da escola em tempo integral e educação profissional.

ENSINO MÉDIO

Do ponto de vista do atendimento, considerando a meta do PNE, por determinação constitucional, de universalização do ensino médio até 2016, a SEDUC deverá se empenhar para a busca ativa (estratégias 3.9 e 8.6 do PNE) dos 26.807 jovens fora da escola.

O dimensionamento e a caracterização permitiram ver com mais precisão as necessidades de atendimento escolar para completar a educação básica entre os jovens e adultos com 15 anos de mais. Conforme o Censo Demográfico de 2010:

- são 793.533 as pessoas com ensino fundamental incompleto;
- são 392.249 as pessoas com ensino médio incompleto;
- 42,62% do público-alvo de EJA – Ensino Fundamental e 60,0% do público-alvo de EJA – Ensino Médio estão nos 20 maiores municípios do estado;
- dos 224 municípios, 99 têm acima de 40% dos maiores de 15 anos com ensino fundamental incompleto; são os municípios que merecem atenção especial do ponto de vista da equidade;
- dos 224 municípios, 121 têm menos de 15% da população de 15 anos e mais com ensino médio completo; são os municípios que merecem atenção especial do ponto de vista da equidade.

RECOMENDAÇÕES

Para qualificar melhor a demanda, pelo dimensionamento da oferta que já está sendo feita, é necessário completar o levantamento mais circunstanciado que a nova equipe da SEDUC está fazendo sobre a oferta de EJA – Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Não só a matrícula na oferta convencional nas escolas e nos CEJAS e NEJAS, mas nos programas especiais: Novas Turmas de EJA, PROJOVEM Urbano e Rural, PRONATEC EJA, etc.

Sugerimos que, nesse primeiro ano, a oferta seja predominantemente urbana, onde o estado dispõe de espaços ociosos e professores com carga horária disponível.

A oferta na zona rural seria pactuada com os municípios.

Como a matrícula se estende até 12 de fevereiro, é possível e necessário um monitoramento da procura de vagas. Uma grande mobilização pode ser feita ainda no período de vigência do edital de matrícula (12 de fevereiro). E vale uma prorrogação do período de matrícula para EJA.

A utilização da mediação tecnológica deve ser potencializada.

No segundo momento, após o período de matrícula, pode-se repactuar com o MEC os diversos Programas, para se buscar a consecução das metas estabelecidas – 50.000 alunos em EJA, utilizando as diferentes formas de ensino.

Quanto ao analfabetismo, os dados apontam para o avanço em seu enfrentamento, embora em ritmo ainda lento:

- a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos e mais teve a seguinte evolução, no Piauí 2000 – 30,5%, 2010 – 22,9% (dados do Censo Demográfico); 2012 – 19,3% (dados da PNAD).

- a taxa de analfabetismo vai crescendo conforme a faixa etária, partindo de apenas 4% entre os jovens de 15 a 19 anos, incrementando-se em 10% a cada faixa etária e chegando ao desafiador percentual de 55% nos maiores de 60 anos;

- os analfabetos de 15 até 49 anos de idade são 242.821 pessoas, representando 46,25% do total;

- nos 20 maiores municípios do estado estão concentrados 40,48% da população analfabeta;

- são 10 os municípios com uma taxa de analfabetismo acima de 40% dos jovens e adultos.

Sem perder a perspectiva da universalização (“as portas das salas de aula estão abertas para todos”), pode-se focar a busca ativa nos 46,25% de analfabetos que têm até 50 anos, num primeiro momento.

Mas, merecem uma intervenção especial para modificar a situação os 10 municípios onde a taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos está acima de 40%.

Há abertura no MEC para uma redefinição do Brasil Alfabetizado. Nesse sentido, vale a pena dialogar sobre a possibilidade de incorporação do Brasil Alfabetizado como etapa inicial de EJA, garantindo melhores condições de estudo e a presença de professores mais qualificados. Inclusive a gratificação para os alfabetizadores seria mantida, como é feito no PNAIC

Considerações Finais

O estudo da demanda por educação escolar, que buscava identificar os espaços para ampliação de matrícula, terminou por reavivar a preocupação com o grande desafio da alfabetização e educação de jovens e adultos – *do ponto de vista quantitativo o principal problema educacional do país e dos estados e municípios da federação.*

Evidentemente, esse problema só pode ser resolvido dentro de uma estratégia de médio prazo. Mas se não se imprimir um ritmo mais acelerado no seu enfrentamento, ele ainda se arrastará por pelo menos duas décadas. *Está apontada então uma oportunidade de se fazer no Piauí esse esforço consciente e ousado de resolver o problema até o final da vigência do PNE em 2023 ou até a bi-centenário da Independência em 2022, data-símbolo que tem orientado o programa de desenvolvimento proposto para o Piauí desde o primeiro governo Wellington Dias.*

Como a demanda não é manifesta, ou seja, não há um procura massiva por educação de jovens e adultos, é crucial uma estratégia de mobilização.

A mobilização passa, inicialmente, pela comunicação de massa, ou mais claramente, pela publicidade. Mas *uma campanha ampla, diversificada e criativa pode e precisa ser feita.*

O envolvimento da sociedade civil, os movimentos sociais populares e os sindicatos, as igrejas, os movimentos culturais, as

entidades e lideranças empresariais e os diversos órgãos da administração pública, em todo o processo, é também imprescindível.

Do ponto de vista da administração pública, pode-se combinar esse esforço com a reativação dos Territórios de Desenvolvimento. A educação é uma área de grande capilaridade e a SEDUC é o órgão mais estruturado para começar a atuação com base nos Territórios.

Por fim – mas não por último – a articulação com os municípios é estratégica. E com certeza, é o momento, nesse início de uma nova gestão na SEDUC, de repensar o papel da Coordenação de Assistência Técnica aos Municípios.

Concluídos esse Documento Técnico nº 1, está nas mãos dos gestores a decisão, que, por sua importância, precisa ser tomada pelo Governador e pela Secretária de Educação.

Definidas os caminhos para avançar rumos às metas estabelecidas o passo seguinte é a pactuação com o MEC que implica em negociações ao nível técnico, antes da negociação política entre Secretária de Educação, Governador e Ministro da Educação.

A mudança do cálculo do IDH educação traz a questão da educação de jovens e adultos para o centro da questão.

*Para a avaliação da dimensão **educação**, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores com pesos diferentes. A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade tem peso dois, e a taxa bruta de frequência à escola peso um. (site do PNUD)*

A partir de 2013, o cálculo do IDH educação passou a considerar outros indicadores: (site do PNUD)

- *População adulta com ensino fundamental concluído*
- *Jovens de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental*
- *Jovens de 15 a 17 anos com fundamental completo*
- *Jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo*

A UNESCO, que, nos últimos anos, tem também manifestado uma dedicação especial à educação de jovens e adultos, pode ser uma parceira institucional de uma experiência nova.